

APRESENTAÇÃO

Este número 56 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* busca apresentar um panorama do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 2013, comentando a evolução dos principais indicadores divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE). Indicadores como taxa de desemprego, nível de ocupação e rendimentos mostram uma desaceleração no ritmo de melhora e até uma deterioração no primeiro semestre para, em seguida, no segundo semestre, apontarem tendências de melhora compatíveis com o padrão que vigorava nos anos anteriores. Uma notável exceção a este quadro geral é a taxa de informalidade, que seguiu em queda durante todo o ano de 2013, num ritmo semelhante ao dos anos anteriores.

Os dados da PME para janeiro de 2013, recém-divulgados pelo IBGE, confirmam a tendência de queda na informalidade, bem como o movimento de recuperação dos demais indicadores iniciado no segundo semestre de 2013.

A seção *Notas técnicas* deste número conta com três textos. Os dois primeiros abordam o tema da sindicalização dos trabalhadores brasileiros nos dias de hoje. A primeira nota, de Adalberto Cardoso, aponta um aparente paradoxo vivido pelo movimento sindical brasileiro ao longo dos anos 2000. Por um lado, lê-se e ouve-se que o sindicalismo estaria em crise no país, como no mundo todo. Por outro lado, indicadores tais como negociações coletivas, taxas de greves ou presença de sindicalistas nas esferas de representação política – o Parlamento ou a administração estatal – apontam para, em lugar de crise, um movimento consolidado e atuante. A segunda nota, de André Campos, analisa um descolamento entre as dinâmicas laboral e sindical nos anos 2000. A primeira avançou por meio da criação de milhões de novos empregos, enquanto a segunda não avançou – ou, ao menos, não tanto quanto –, pois os sindicatos alcançaram apenas uma fração dos trabalhadores ocupantes destes novos empregos. Ou seja, as bases sindicais se ampliaram, mas raramente se adensaram. A nota levanta três hipóteses sobre o que poderia estar por trás deste descompasso entre as dinâmicas laboral e sindical nos anos 2000. A terceira nota técnica, de Pedro de Mello e Fernando Barbosa Filho, avalia a evolução da competitividade no Brasil e suas regiões por meio do cálculo do custo unitário do trabalho (CUT). O CUT pode ser definido como nível salarial médio ponderado pela produtividade do trabalho de algum país, estado, região ou setor. Os resultados apontam que o CUT do Brasil apresentou tendência de queda de 1995 a 2004 e tendência de elevação no período posterior. A elevação do CUT foi de aproximadamente 60% entre 1995 e 2010, fruto da forte apreciação cambial do período que dominou os efeitos.

Na seção *Políticas em foco* desta edição, três textos analisam questões importantes sobre o programa de seguro-desemprego brasileiro, que ajudam a entender o recente aumento do gasto para financiar este programa. O primeiro deles, de autoria de Manoel Pires e Arnaldo Lima Júnior, estuda as regras que ditam o funcionamento do programa e realiza comparações internacionais de programas semelhantes. Mostrou-se que a

legislação brasileira não possui um programa extremamente benevolente em relação aos demais países. A regra que poderia ser considerada benevolente refere-se à taxa de reposição do benefício, que já foi objeto de alteração pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). O segundo texto, de Naércio Menezes Filho, Pedro Cabanas e Bruno Komatsu, pretende explicar como é possível que os gastos com o seguro-desemprego tenham aumentado, quando o desemprego está diminuindo. Os resultados indicam que aumentos na rotatividade entre trabalhadores formais não parecem ter efeito relevante sobre a expansão acelerada nos gastos com a seguridade social. Os autores sugerem, por intermédio de simulações, que os altos valores gastos podem estar relacionados com o crescimento do valor das parcelas do benefício, determinado pelos aumentos das médias salariais recentes e pelos reajustes do governo. O terceiro texto da seção, escrito por André Campos e José Valente Chaves, disponibiliza informações sobre as discrepâncias entre os números de pescadores artesanais e de beneficiários do seguro-desemprego – que fazem com que o programa contemple grupos que, ao que tudo indica, não deveria contemplar. Ademais, oferece informações sobre os valores envolvidos em tais discrepâncias, em termos de recursos orçamentários vinculados ao programa.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz três textos. No primeiro, Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), enfatiza que os empreendimentos associativos são resilientes a períodos de crise e geram trabalho e renda para parcelas descapitalizadas da população. Singer apresenta os principais fatos políticos que permitiram a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e os pontos centrais que marcaram a atuação do órgão desde o seu início. Os outros dois textos versam sobre práticas finalistas do V Prêmio ODM Brasil que têm interface com a economia solidária. O texto de Sandro Silva e Carolina Rocha relata uma experiência da sociedade civil empreendida pela Cooperativa Agroindustrial Pindorama, com sede no município de Coruripe, no estado de Alagoas. A cooperativa, fundada em 1959, originou-se de um projeto de reforma agrária no interior alagoano, o qual visava estruturar uma comunidade formada por pequenos proprietários que pudesse desenvolver-se de forma autônoma com base na produção agrícola e no beneficiamento de produtos. Os autores mostram que Pindorama conseguiu firmar-se e diversificar sua estrutura produtiva, tendo a cadeia sucroalcooleira como carro-chefe, seguida pela fruticultura e pela pecuária leiteira. Nas décadas mais recentes, a cooperativa passou também a investir em uma série de projetos sociais, visando tanto à geração de oportunidades de trabalho para a população local quanto à formação de novas lideranças para o futuro de Pindorama.

O último texto, das autoras Maria Suziane Gutbier, Rúbia Geane Goetz e Vera Beatriz Rambo, conta sobre a experiência da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, que desenvolveu um programa inovador na gestão de resíduos sólidos urbanos com a efetiva participação dos catadores de material reciclável. O principal objetivo deste programa é criar um sistema público que trate do problema do lixo urbano e, ao mesmo tempo, propicie uma fonte digna de trabalho e renda para dezenas de famílias que já viviam da coleta de materiais recicláveis para sobreviver. Para isso, a prefeitura auxiliou catadores na formação de um grupo autogestionário dotado de uma institucionalidade que lhe permitisse formular parcerias diretamente com a prefeitura.